

COOPERATIVAS AUTOGESTIONÁRIAS, PROCESSO DE TRABALHO E GERAÇÃO DE RENDA EM SANTA CATARINA

Grupo temático 12:

Identities, cultura y formas de conciencia en el proceso de trabajo

BERNARDETE WRUBLEVSKI AUED
UFSC/CNPq¹

LUIS CARLOS CHAVES
PPSP/UFSC²

CLÁUDIA FRONZA³
PPSP/UFSC

GABRIEL PEDRAZZANI⁴
PPSP/UFSC

CLARISSA ROCHA MELO⁵
PIBIC/UFSC

RESUMO

Nesse artigo apresentamos resultados parciais da pesquisa sobre os processo de trabalho nas cooperativas autogestionárias e as formas de consciência adotadas. A partir da década de 90, com a crise de desemprego gerou-se a falência de várias empresas. Muitas delas foram assumidas pelos próprios trabalhadores, dando início a um movimento cooperativo com características de autogestão. Na contracorrente do desemprego essas cooperativas têm diversos contornos e controversos significados. Elas são compatíveis com o modo hegemônico de produção capitalista? Ou são incompatíveis? São formulações de transição? Sob designações variadas essas cooperativas buscam inspiração teórica em experiências autogestionárias, fundadas nos princípios de solidariedade, na adesão livre e na ausência de lucratividade individual. Na prática, porém, esses princípios esbarram em limites estruturais da produção capitalista e, não poucas, resultam na ampliação de trabalho excedente, sem contudo, se reproduzirem sob as formas clássicas do assalariamento. O estudo é contextualizado na região sul do Brasil e é financiado pelo CNPq.

Palavras chave: desemprego, cooperativas, autogestão

¹Pós doutorado na França, doutora em Ciências Sociais e Professora na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil; coordenadora da Pesquisa “Desemprego e cooperativas de trabalho”. E mail: bernawru@terra.com.br

²Doutorando em Sociologia Política pela UFSC/SC.

³Mestranda em Sociologia Política UFSC/SC.

⁴Mestrando em Sociologia Política UFSC/SC.

⁵Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/UFSC.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo focalizamos aspectos relevantes à análise das cooperativas autogestionárias na cidade e no campo.⁶ Ao analisar os alcances e limites do cooperativismo focaliza-se também questões universais como sociedade e poder.

No Brasil a menção ao cooperativismo exige uma delimitação preliminar pois a legislação a respeito é genérica permitindo que sob esse nome atuem empresas capitalistas metamorfoseadas em cooperativas. Segundo Massi (2000: 35), as cooperativas possuem existência desde o início do século XX e são legisladas, pela primeira vez, por meio do decreto-lei 979, de 06 de janeiro de 1903. No artigo 10, desse decreto-lei abre-se a possibilidade para a constituição de caixas de crédito, de cooperativas de produção e de consumo. Anos depois, o empreendimento cooperativo adquiriu feição jurídica e legal por meio da instituição do decreto-lei nº 22 239, de 1932, que criou a primeira lei orgânica do cooperativismo brasileiro. E, em 1988, com a elaboração da constituição vigente fundou-se o sistema cooperativo brasileiro, sem a tutela governamental, com traços autogestionários. Ainda que o cooperativismo em geral se encontre em expansão, nesse estudo estabelecemos como referência analítica somente aquelas cujos participantes estão diretamente envolvidos em movimentos ou organizações sociais. No campo eles estão sendo organizados sob a forma da Via Campesina (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina e Movimento Anti-Barragem). Nos centros urbanos são organizados por sindicatos de trabalhadores e pela Associação Nacional de Empresas de Autogestão (ANTEAG) que tem representação em Santa Catarina. Além disso, participam da experiência trabalhadores independentes e representações de entidades como: Associação de Artesãos em Vassouras, em Joinville; Associação Arte Campeche, em Florianópolis; Associação Mãos de Ouro, em Chapecó; Associação de Deficientes Físicos de Mafra; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra de Abelardo Luz, Canoinhas, Mafra, Chapecó, Água Doce, Vila Nova, entre outros; MAB, de Águas de Chapecó; algumas associações vinculadas ao MMA de Itapiranga, Dionísio Cerqueira, Palma Sola, São Joaquim, Chapecó, Ipumirim, Ita, Alto de Tunápolis, entre outros.

AS COOPERATIVAS EM SANTA CATARINA

Em território catarinense o movimento cooperativo se faz presente, pelo menos desde o final do século XIX. Nesse sentido, podemos observar o surgimento do “Falanstério do Saí”, em 1842, na região do Saí, em Joinville. A criação tem inspiração em Fourier. Projetado para aglutinar imigrantes numa forma de coletivismo agrícola, teve vida efêmera mas ainda restam vestígios, na região, da experiência.⁷

⁶A pesquisa é o resultado parcial do Projeto “Pesquisa-ação - Desemprego e Cooperativas Autogestionárias”, que foi desenvolvido no decorrer de 2003 e 2004, com envolvimento de alunos e professores vinculados ao TMT- Núcleo de estudos sobre as Transformações do Mundo do Trabalho, apoiado pela Universidade Federal de Santa Catarina.

⁷ O Falanstério do Saí, localizado em Joinville SC foi inspirado nas idéias de Charles Fourier (1772-1837). Em 1840 Dr. Benoit Jules Mure, um médico homeopata adaptou as concepções de Charles Fourier a um projeto colonizador. De sua proposta fizeram parte a oferta de força de trabalho especializada e abundantes equipamentos produtivos inexistentes no Brasil. O projeto obteve apoio do Jornal da Corte e as simpatias do Governo Imperial. Bem divulgado conseguiu

As iniciativas mais recentes datam nos anos subseqüentes à constituinte do final dos anos oitenta e têm o mérito de proporcionar formas imediatas de sobrevivência no campo e na cidade. Dentre elas destacamos duas grandes vertentes:

- De geração de emprego e renda, engendradas por meio de movimentos coletivos, envolvendo um conjunto de organizações econômicas e populares (OEPS) e fundadas sob os auspícios de diversas pastorais da Igreja Católica (Pastoral da Terra, dos Sem Teto, da Comunidade, entre outras). Essas ações procuram fortalecer grupos de auto-ajuda, de pequenas iniciativas comunitárias de geração de emprego e renda.⁸
- Uma segunda vertente consiste na adoção do cooperativismo. Elas representam uma força expressiva na geração de emprego e renda no estado de Santa Catarina.

Num esforço de dimensionamento dessa segunda vertente Massi catalogou 346 organizações cooperativas, em 77 municípios do oeste de Santa Catarina. O autor sistematizou as organizações em 5 grupos, a saber: associações sem fins lucrativos representando 52,6%; grupos de cooperação (36,7%), cooperativas (5,5%), condomínios (4,3%) e clubes de integração e de troca de experiências, perfazendo 0,9% (Massi, 2000: 45). A amplitude do movimento engendrou a associação de pequenos agricultores do oeste de Santa Catarina (APACO) que se proporciona assessoria técnica e política aos empreendimentos cooperativos e associativos.

Essas experiências nasceram e estão diretamente relacionadas ao surgimento de movimentos sociais mais amplos reafirmando o caráter de empreendimento coletivo como propõe Demazière e Pignoni (1998). A adoção de uma estratégia coletiva e não individual tem, pelo menos dois aspectos relevantes, a serem considerados:

1º as pessoas, ao se reconhecerem como desempregados e se associarem sob a forma de uma cooperativa evidenciam uma construção subjetiva distinta daquela que atribui ao próprio sujeito a 'culpa' de estar desempregado ou mesmo diferente daquele que sendo desempregado não se reconhece como tal.⁹

2º ao se juntarem explicitam também o limite do desemprego cuja solução não se encontra na esfera individual. O desemprego é social o que significa dizer que a 'culpa', se existe, não é do indivíduo. Por conseguinte, a solução também é remetida à sociedade e não a um indivíduo. Essa construção subjetiva pode resultar um salto qualitativo nas demandas sociais.

financiamento do Poder Legislativo em 1842 e assim surgiu a Colônia Francesa - *O falanstério do Saí* - na Península do Saí, próximo de Joinville e até 1844 mobilizou cerca de quinhentos migrantes. Ver mais a respeito: GUTLER, A. *A colonização do Saí*. (1842-1844). Dissertação de Mestrado em História, na UFSC. 1994.

⁸ Essas organizações autogestionárias têm recebido forte com a Cáritas Brasileira, uma instituição da Igreja Católica, segmento da Igreja Internacional. A Cáritas desenvolve seus projetos com os fundos advindos da Campanha de Solidariedade e com fundo oriundos de instituições confessionais dos países do 'Primeiro Mundo'. Ver mais a respeito: SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária. In: BOAVENTURA SOUZA SANTOS. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.p.116-8.

⁹ É o caso, por exemplo dos professores contratados, em condições temporário e emergencial no ensino de segundo grau. Os ACTs não se reconhecem como desempregados e no entanto representam mais de 50% das contratações.

Esse recorte reabre o debate sobre questões universais como sociedade, poder, revolução mas, também aponta para um processo em curso, no Brasil e, fora dele, de construções, não hegemônicas de produção. Seriam elas não capitalistas? Anticapitalistas?

Sem a preocupação de exaurir a temática a sistematização a seguir revela o estado atual das experiências autogestionárias tendo por base três categorias: a da coexistência de diversos modos de produção, tal como propõe Paul Singer (2003: 11-28), a experiência cooperativa como tática de transição, como propõem os dirigentes do MST e a incompatibilidade dos empreendimentos dentro das relações capitalistas, como sugerem as críticas aos socialistas utópicos.

I. A COEXISTÊNCIA DE EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS COM O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA HEGEMÔNICO

Muito embora ele próprio não se reconheça como o único mentor da formulação, um dos principais intelectuais orgânicos da busca de alternativas ao desemprego, da década de 1990 é sem dúvidas Paul Singer, com a formulação de economia solidária e também a criação da Associação Nacional de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), em 1994.¹⁰ Segundo esse autor, a coexistência dos empreendimentos autogestionários não só é possível, mas viável, é um modo de produção entre outros que

Surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente. [...] O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias simples de mercadorias. Mas na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. A cota básica do capital de cada cooperador não é remunerada, somas adicionais emprestadas à cooperativa proporcionam a menor taxa de juros do mercado. (SINGER, 2003 13)

A COOPERMINAS é uma das precursoras autogestionária e fundadora da ANTEAG (Associação nacional de empresas de autogestão).¹¹ A COOPERMINAS é exemplar da cooperativa associada da ANTEAG, isto é à rede de negócios de empresas de autogestão.

¹⁰ “A ANTEAG foi constituída oficialmente em maio de 1994, no seu Iº Encontro Nacional, por trabalhadores de empresas autogestionárias. Ela surge como associação civil sem fins lucrativos que congrega associações e cooperativas de trabalhadores em empresas de autogestão e co-gestão.” (NAKANO, 2003: 66).

¹¹ Ver mais a respeito (FANTIN, 1992; COIMBRA, 1996; CAROLA, 2002).

Em Santa Catarina, a ANTEAG mantém vínculo com o Apiário Tribess em Pomerode (SC), A COOPERCRISTAL (Cooperativa de Produção de Vidros e Cristais de Blumenau), em Itoupava Central (SC), COOPERCOURO, em Criciúma (SC); COOTRASC e NOVACOOPER, em Criciúma (SC); FIONOBRE, bolsas fibras e tapetes artesanais, em Itajaí (SC).

No Brasil, segundo uma pesquisa realizada, em 2001 foram catalogadas 19 empresas associadas a ANTEAG com 3.948 trabalhadores. (VIEITEZ e DAL RI, 2001: 148). Dessas, duas estão em Santa Catarina, ou seja a COOPERMINAS e a BRUSCOR.

1.1 A COOPERMINAS, EM CRICIÚMA

A COOPERMINAS é uma cooperativa de trabalhadores mineiros, em Criciúma (SC), oriunda da antiga Companhia Brasileira Carboquímica de Araranguá (CBCA), nascida em 1917. Em 1987, diante da crise da empresa mineradora que termina por falir, os trabalhadores assumem o controle da mineração. Tudo começou devido a:

Três meses sem salários, greve, falência da CBCA e a futura estatização da mineradora de carvão acenderam o estopim para um conflito até então nunca visto em criciúma: milhares de mineiros - os da CBCA e de outras minas - montam acampamento sobre os trilhos e impedem o escoamento de toda a produção de carvão do município. enfrentam a polícia e Argemiro Vitorino vê sua mulher sentir as primeiras dores para o nascimento de sua filha Paula, hoje com 10 anos.

–Botamos a polícia para correr, mas fomos surpreendidos à noite por um batalhão de 250 PMs, munidos com bombas de gás lacrimogêneo. Minha filha nasceu no meio do fogo cruzado - lembra Vitorino.

A luta valeu a pena. Os mineiros conquistam a opinião pública, o pagamento de um mês de salário e a autorização para o sindicato dos mineiros assumir como síndico da massa falida. Em agosto de 87, os mineiros começam a administrar a empresa.

–Tivemos dinheiro do governo para começar a explorar outra mina da CBCA, mas durante uns três meses recebemos apenas vale-alimentação e o pagamento das contas de luz e água - conta Vitorino.

Até 1992, os salários voltaram, mas com atraso de 15 dias ou com pagamento parcelado. Problemas internos para administrar as diferenças de 800 mineiros e a falta de alguém para pensar a empresa fazem o sindicato indicar Valério Preis para a administrar a mina.

–Percebi que para pagar os salários vendíamos um carvão de melhor qualidade por um preço menor e com prejuízo. As dívidas acumulavam. Cortamos tudo foi que foi possível e conseguimos parar com essa produção e abastecer somente a ELETROSUL – conta Preis, hoje presidente da COOPERMINAS.

Mas as dificuldades prosseguiram. Em 1994, a justiça arrenda a mina para um empresário da região. Novos conflitos. Os mineiros, para impedir a retomada da empresa, abrem trincheiras no caminho, envolvem o corpo com dinamite e ameaçam explodir tudo. A justiça volta atrás.

Um tempo depois os pedidos da ELETROSUL aumentam e uma certa normalidade começa a fazer parte da vida dos 405 mineiros da CBCA. Hoje, a situação continua indefinida, já que para vender para a ELETROSUL, usam outra empresa para emitir as notas. Um acordo com o ex-proprietário poderá ser a solução definitiva para o grupo. Eles vão assumir as dívidas trabalhistas, cerca de R\$ 1,5 milhão, e as com o INSS, R\$ 12 milhões, que eles buscam baixar para R\$ 4 milhões. O ex-proprietário fica com as dívidas bancárias.

Como vitórias, eles contabilizam a redução da carga horária de 36 para 30 horas semanais, a substituição dos caminhões caçamba usados para o transporte dos mineiros por ônibus, a montagem de uma clínica, os exames periódicos para verificar os efeitos do trabalho na mina e prevenir as doenças da função como a pneumoconiose (doença do pulmão que ataca o mineiro).

Hoje, eles garantem a aposentadoria após 15 anos e o pagamento do salário médio de R\$ 600,00. a produção alcança 20 mil toneladas por mês, o patrimônio é de R\$ 10 milhões e o faturamento mensal é de R\$ 1 milhão.

Apesar das vitórias, os mineiros ainda convivem com o fantasma do desabamento, a escuridão das galerias 150 metros abaixo da superfície, as caminhadas diárias dentro da mina que chegam a cinco quilômetros, o barulho ensurdecedor das furadeiras e a poluição a olho nu do carvão, que gruda no pulmão.

Mas as opções de trabalho em Criciúma são poucas. A cerâmica foi abandonada por Wanderlei Gomes de Mello para se poder aposentar mais cedo.

Aqui é diferente. Respeitam a opinião da gente – observa Ricardo Oliveira¹².

A cooperativa encontra-se atualmente em pleno funcionamento. Produz cerca de 15 toneladas de carvão mineral por mês. Tem cerca de 400 trabalhadores, todos associados da cooperativa. O plano de cargos e salários tem sete patamares e o maior salário não pode ser mais que 4,5 vezes superior ao menor. A cooperativa é vinculada à associação nacional dos trabalhadores de empresas autogestionárias e de participação acionária, uma iniciativa organizadora do movimento em ascensão nos anos 90. No processo de trabalho da cooperativa nem todos são cooperados, sendo exemplo o engenheiro responsável pela segurança da mina que é assalariado. Há também outros cargos que são remunerados de forma assalariada. No processo de decisório, as deliberações são tomadas em assembleias periódicas, mas há uma diretoria que encaminha as questões administrativas e recebe diferenciadamente. A diretoria é eleita pelo voto universal. No processo de extração do minério há divisão de trabalho com hierarquia de atividades.

1.2 COOPERMETAL, EM CRICIÚMA¹³

¹² ALMEIDA, C. Trabalhadores no comando, sucessões em empresas. <http://www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm> 14/05/2003. 23: 55h.

¹³ Pesquisa realizada por Luis Carlos Chaves para a elaboração da tese de Doutorado vinculada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

Ainda sob a orientação da coexistência entre diversos modos de produção destaca-se a COOPERMETAL, oriunda de uma empresa falida nos anos 80. Os trabalhadores assumem a gestão da empresa (e, no início, também as dívidas) por meio de uma cooperativa autogestionária. Passam a produzir equipamentos como ferramentas e peças metalúrgicas fundidas para outras indústrias, com tecnologia recente. Atualmente são cooperados 80 trabalhadores, mas nem todos os que trabalham são cooperados. Há divisão de trabalho hierarquizada e contratação de trabalho assalariado.

A autogestão realiza-se por meio de uma comissão constituída de 16 trabalhadores eleitos que fazem parte dos conselhos Administrativo, Deliberativo e Fiscal e de assembléia geral mensal com todos os trabalhadores da fábrica. O sistema de mutirão é bastante utilizado no processo de trabalho. O processo de trabalho realiza-se por meio da confecção do modelo da peça projetada pelo próprio cliente. A seguir, na cooperativa a peça é confeccionada em madeira por uma equipe no setor da modelagem. Em um segundo momento, é preparado o molde da peça com uma mistura em areia e resina, no setor de moldagem. Em seguida, despeja-se o metal constituído de sucata e alguns materiais virgens derretidos em forno numa temperatura de 1650°C. Após esta etapa, passa para o setor de usinagem e acabamento. Recentemente os cooperados compraram um forno novo, devido à intervenção da FATMA (Fundação do Meio Ambiente), e para tanto realizou financiamento por meio do Badesc.

A Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma – COOPERMETAL surgiu por meio da ação coletiva dos trabalhadores da empresa SIDESA – Siderúrgica Criciumense S. A. A fundação dessa cooperativa é resultante de um processo de organização dos trabalhadores que se desenvolve desde meados dos anos noventa do século XX. Nessa época muitos trabalhadores não recebiam salários e nem indenizações devido às demissões. Em 1998, após uma avaliação sobre a viabilidade da empresa, realizada por assessores da ANTEAG, os trabalhadores assumem a gestão da empresa (e, no início, também as dívidas) e, por meio de uma cooperativa autogestionária, passam a produzir equipamentos como ferramentas e peças metalúrgicas fundidas para outras indústrias.

Em agosto de 1999 o sindicato assume o controle da fábrica e passa praticamente o ano todo envolto em batalhas legais para conseguir o registro da cooperativa junto aos órgãos legais e recuperar a confiança de seus fornecedores e clientes. As dívidas estão sendo quitadas e atualmente estão sendo realizados investimentos para operar tecnologia recente. No início fizeram parte da tomada da fábrica 140 trabalhadores mas, alguns se aposentaram. A cooperativa opera hoje com 104 trabalhadores (100 homens e 4 mulheres) que recebem salário em dia, 13º salário, 1/3 de férias. Entre as preocupações do presidente Antônio Carlos Leandro, 49 anos está em não demitir ninguém, contratar, preferencialmente, amigos e parentes dos trabalhadores e distribuir lucros em breve. O salário médio (denominado retirada) é de R\$ 750,00 e o controle acionário é privado sendo a divisão em cotas iguais entre os cooperados.

A capacidade de produção de peças fundidas é de 130 toneladas/mês e o processo de produção siderúrgico consiste em modelagem, moldagem, aciaria, tratamento térmico, usinagem, controle de qualidade e acabamento. A COOPERMETAL vende seus produtos para empresas situadas em várias partes do país e, também para outros países como Estados Unidos, a Argentina entre outros.

II. A COOPERATIVA COMO TÁTICA DE LUTA NO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA E A TRANSIÇÃO NECESSÁRIA¹⁴

A segunda vertente explicativa sobre cooperativas pode ser percebida entre os dirigentes do MST que defende adoção da cooperativa como tática de sobrevivência na transição. Sem desconhecer os limites estruturais do sócio metabolismo do capital propõe a transição como questão aos movimentos sociais organizados. Para isso empregam a tática de organização da cooperativa para viabilizar a sobrevivência dos associados no presente e fortalecer a estratégia anti-capitalista. A experiência do MST na organização de cooperativas vem desde o final da década de oitenta.

A partir de 1986, começa a discussão de como organizar os assentados, com o I Encontro Nacional de Assentados, em que estiveram representados 76 assentamentos de 11 estados. Apesar da resistência inicial ao cooperativismo 'pelas experiências negativas do modelo tradicional do cooperativismo, caracterizado como grandes empresas agroindustriais que desenvolveram uma política de exploração econômica dos agricultores' a discussão evoluiu a favor do cooperativismo, em termos que hoje diríamos serem os da economia solidária.

Durante a Nova República (1985-1989), multiplicaram-se as associações nos assentamentos, estimuladas pelos órgãos governamentais de extensão rural, especialmente a EMATER. A aceitação do cooperativismo se dá gradualmente. E, em 1988, foi organizado um 'manual de cooperação agrícola' do MST. Em 1989, o MST passa a tentar organizar a produção nos laboratórios organizacionais, metodologia desenvolvida por Clodomir de Moraes, a partir da experiência das Ligas Camponesas e que visa a formação de cooperativas de produção autogestionárias. Criam-se, ainda em 1989, as primeiras CPAS (Cooperativas de Produção Agropecuárias) no Rio Grande do Sul: a COOPANOR e a COOPTIL. nessa fase, a motivação para organizar a produção passa a ser econômica (acumular capital) e política (liberar quadros e procurar sustentar o MST). (SINGER, 2002: 103-4) grifos meus.

As experiências cooperativas no MST têm gerado um arrazoado de polêmicas, dentro e fora do movimento. A presença de hierarquia, as jornadas de trabalho longas, a presença de contratação de força de trabalho, a remuneração diferenciada entre os cooperados, tudo isso tem fragilizado a experiência.

¹⁴ Pesquisa realizada por Gabriel Pedrazzani Junior para a elaboração da Dissertação de Mestrado vinculada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

No entanto, se um dos objetivos táticos da cooperativa dentro do MST é assegurar sustentação imediata e a liberação de dirigentes para a luta política, o alcance não pode ser questionado. Hoje, encontram-se diversas lideranças catarinenses liberadas para atuando dentro e fora do estado de Santa Catarina.

A solução tática é também um problema o que tem dado margem à crítica, mais externa do que internamente ao MST.

A iniciativa do MST integra o movimento de busca de soluções fora da esfera governamental, ainda que dela não prescindam inteiramente. No intuito de remar na contra corrente dos números e da gravidade social da desigualdade social, no Brasil atual, encontramos diversas alternativas que procuram soluções ao problema.¹⁵

Atualmente, a deliberação de formar cooperativas está sendo reavaliada, sobretudo diante da necessidade de enfrentar diversos problemas práticos sendo o empréstimo bancário um deles. Assim evidencia-se que *querer não é poder*. A centralização de capital – um movimento absolutamente não linear – e decorrência da produção de valor não poupam os processos cooperativos, fazendo com que tenham vida curta. No MST, a saída de busca ao financiamento bancário para viabilizar a cooperativa do assentamento rural, transformou-se, de solução, num problema, em menos de uma década. O financiamento bancário obtido revelou, mais uma vez, o componente ilusório do movimento cooperativo. Acenou, com uma mão, para a possibilidade de todo e qualquer produtor tornar-se um capitalista independente, mas, com outra, sugou-lhe as forças inviabilizando-o. A ilusão do crédito fácil não tem outra face do que concentração e centralização do capital, uma das leis da acumulação capitalista. A concentração de riqueza, no limite colocou em cheque não apenas uma alternativa econômica de produção mas adentrou nas relações de poder, alterando-a, questionando o próprio movimento social que não foi confrontado pela via do cerceamento político, mas pela submissão financeira. Entre mais de uma centena de cooperativas criadas, dentro do MST, no Brasil, várias faliram e, mesmo aquelas que ainda sobrevivem enfrentam problemas estruturais para sobrevivência. Se por um lado, esses projetos estimulam e abrem espaços para a construção de uma alternativa que valoriza as especificidades dos trabalhadores e pequenos agricultores, por outro, persiste ainda, um certo desconhecimento dos limites resultantes da inserção contraditória das atividades produtivas autogestionárias.

¹⁵ No âmbito governamental, diferentes iniciativas estão sendo alimentadas. Reconhece-se a capacidade competitiva das cooperativas de geração de emprego e renda. No entanto, o governo ainda elege como “público-alvo” o desempregado individualmente considerado. Eles seriam aqueles que apresentariam condições de serem transformados em ‘empresários viáveis’, por meio da incorporação de tecnologias e do desenvolvimento de uma racionalidade competitiva, voltadas para as demandas do mercado. Santos lembra que em outras partes do mundo também estão sendo desenvolvidas experiências similares, como por exemplo, na Espanha, na Colômbia, na Índia e em Moçambique, entre outros. Ver mais a respeito (SANTOS 2002). A potencialidade adquirida em virtude da somatória de indivíduos, experiências, culturas e conhecimento, é exaltada no Documento do CNPq “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social” que estabelece como 2ª prioridade, o incentivo aos “arranjos e sistemas produtivos locais”. Conforme documento “Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Social”, disponível no site www.cnpq.br.

O quadro a seguir sintetiza a situação das cooperativas vinculadas ao MST estando três delas desativadas. O quadro foi elaborado em 2003, mas até o presente não foi alterado. Ao todo são 16 cooperativas em funcionamento agregando também associações.

QUADRO SOBRE A SITUAÇÃO ATUAL DAS COOPERATIVAS VINCULADAS AO MST EM SANTA CATARINA

NOME/EMPRESA	DATA DE FUND.	Nº DE SÓCIOS	FINALIDADE	SITUAÇÃO ATUAL
CCA/SC	18/12/1988	8 cooperativas 3 associações	Central das cooperativas da reforma agrária de sc (sócios pessoas jurídicas) coordena a produção dos assentamentos do mst.	em funcionamento.
COOPEROESTE	20/07/1999	aprox. 350	Prestação de serviços a assentados e pequenos agricultores. (atua principalmente na agroindustrialização do leite e produção de semente de milho).	em funcionamento.
COOPERCONTESTAD O	30/10/1997	aprox. 200	Prestação de serviços, produção de leite e agroindustrialização e também produção de grãos (empacotamento)	esteve em dificuldade. projetos incompletos por falta de recursos. processo de retomada das atividades.
COOPERJUS	31/07/1994	aprox. 280	Prestação de serviço – produção de leite e grãos	parada, sem atividade. iniciou-se uma discussão de parceria com outra cooperativa nossa.
COOPERCOM	sem informações	aprox. 180	Prestação de serviços	sem atividade.
COOPAGRO	25/10/1990	29 famílias	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	em atividade.
COOPERCAN	22/08/1997	22 pessoas	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	em atividade.
COOPERUNIÃO	sem informações	60 famílias	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	em atividade
COOPRANOVA	26/09/1991	12 famílias	Coop. de produção agropecuária. (terra e trabalho coletivo).	em atividade
COOPTRASC	agosto de 1997	aprox. 80	Cooperativa de trabalho (prestação de serviço).	em atividade
COOPTAASC	sem informações	aprox. 60	Cooperativa de trabalho (prestação de serviço).	em atividade
COOP. PADRE JOSIMO TAVARES	2002.	aprox. 60	Cooperativa de trabalho (prestação de serviço).	em atividade

Fonte: Secretaria geral do MST/SC, maio de 2003. O quadro permanece inalterado.

III. A INCOMPATIBILIDADE

As formas de incompatibilidade são evidentes sobretudo no âmbito da realização prática, sendo a BRUSCOR, uma das mais duradouras, mas nem por isso menos atravessada por problemas que a comprometem como experiência autogestionária.

3.1. BRUSCOR (COOPERATIVA DE CORDAS E CORDOAMENTOS), EM BRUSQUE

A BRUSCOR é provavelmente o melhor exemplo atual da incompatibilidade, ainda que, essa experiência tenha servido de modelo durante mais de uma década. Essa iniciativa foi fundada em 1986, por meio de cinco jovens trabalhadores ligados a teologia da Libertação e que assumem o controle de uma fábrica sob a forma de autogestão.

A BRUSCOR nasceu de um sonho de juventude de cinco amigos que participavam da pastoral da juventude na igreja de Brusque, em Santa Catarina. Depois de uma tentativa frustrada de fabricar telas para pintura. O grupo formado por sócios entre 18 a 30 anos teve uma oportunidade concreta, em 1987. Conseguiram um empréstimo com o pai de um deles para comprar máquinas, construíram um galpão no terreno de outro e o sonho se transformou em realidade: a primeira fábrica sem diretor, chefe, encarregado ou qualquer outro cargo que cheire a chefia.

Dalton Correa, Ana Beatriz e Walmir Ludvig, José e Salete Flor, Idalina e Antonio Mello, Geraldo, Tarcísio e Sueli Venturelli, Renildes e Rosimar Comandolli, Eloi Lyra, Sérgio Luiz Decker e Nilton Eduardo Paloschi são agora os administradores desse sonho.

Na BRUSCOR, fábrica de cordas e cadarços, o salário de r\$ 500 é igual para todos e de dois em dois anos há um rodízio nas funções. Um galpão é reservado pelo grupo somente para atender à comunidade em torno da fábrica e nele aconteceram velórios e casamentos.

As dificuldades, por causa da crise do setor têxtil na região, foram resolvidas com corte nas retiradas. A prioridade era para as famílias com filhos e de quem tinha dívidas a pagar. Nessa época, assou-se frango, fez-se pão caseiro, reformas de sofás e geladeiras para não desistir do sonho. Passada a crise, investiu-se em cursos de vivência pessoal para ajudar os sócios a encararem o novo papel de dono e empregado ao mesmo tempo. os problemas físicos são resolvidos com ginástica corretiva.

– Tivemos nossos erros, como não deixar ninguém para pensar a empresa. por causa disso, vamos entrar com um produto no mercado com dois anos de atraso- afirma Geraldo Venturelli. Hoje, a empresa está vencendo a crise e tenta investir em outros projetos também na mesma forma de organização: autogestão, nas áreas de informática, agrícola, de costura e uma fábrica de elásticos adotada pelo grupo.¹⁶

Apesar de possuir uma existência longa, se comparada aos demais empreendimentos alternativos, os seus associados participam, junto ao movimento dos trabalhadores em BRUSQUE e também do Partido dos Trabalhadores.

No aspecto organizacional possui uma estrutura formada de comissões, conselho administrativo e gerenciador e essa estrutura é complementada por reuniões mensais e planejamentos

¹⁶ ALMEIDA, C. op cit. www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm. 14/05/2003. 23:55h.

anuais. Durante vários anos na BRUSCOR não havia hierarquia pois os trabalhadores assumiam, por rodízio (de dois em dois anos) as atividades de produção, administração e vendas.

O processo produtivo é organizado para: “cordões, cadarços, elásticos, entre outros, tendo uma capacidade instalada de dois milhões de metros ao mês. A produção é em média de oitocentos mil metros ao mês. O faturamento anual gira em torno de 450 mil reais” (PEDRINI: 2003, 33).

As jornadas de trabalho variam entre 35 e 40 horas, mas os cooperados fazem horas extras não remuneradas. A tecnologia adotada é rudimentar e eles enfrentam dificuldades na alocação de seus produtos. Segundo Pedrini A BRUSCOR resistiu, por 12 anos, a falta de crédito bancário. “No final de 1988 obteve empréstimo do BNDES, pelo qual pôde comprar máquinas mais modernas, com o objetivo de diversificar a linha de produtos e passar a fabricar artigos exigidos pelo mercado nos últimos anos” (2003: 35). A solução do financiamento obtido pela BRUSCOR, assim como também de cooperativas do MST revelou-se num problema. A indagação principal dos estudos sobre as cooperativas de trabalho e de renda diz respeito às condições segundo as quais uma cooperativa pode se consolidar e se manter. Persistem dificuldades para o reconhecimento das características, necessidades e potencialidades dos diversos segmentos autogestionários. Quem ganha? Quem perde? Na recente crise brasileira de 1999, os banqueiros ganharam, nesse ano, 9,9 bilhões, e os trabalhadores perderam algo em torno de 40% dos seus salários.¹⁷

*O resultado consolidado de 50 bancos aponta um lucro líquido de R\$9,9 bilhões. Apenas 2 tiveram prejuízo (Banestado e Bandeirantes) e (Boavista, Rural e Alfa) apresentaram resultados inferiores a 1998. Isto propiciou o crescimento da rentabilidade patrimonial: apenas 4 bancos ficaram abaixo de 10%, 9 bancos ficaram entre 10% e 15%, 7 bancos entre 15% e 20%, e 19% dos bancos obtiveram taxas superiores a 20% no ano. O elevado retorno da atividade bancária no Brasil, nos últimos anos, tem sido lido como uma capacidade destas empresas em adaptar-se e aproveitar novos nichos de negócios numa economia em franca transformação. Entretanto se observado o quadro de elevado desemprego e exclusão social, estagnação econômica e de dificuldades generalizadas no setor produtivo (falências, atraso tecnológico, descapitalização) dever-se-ia ler que eles permanecem como sócios da crise.*¹⁸Grifo dos autores.

A BRUSCOR expressa uma trajetória emblemática: em seus 17 anos de existência, por muitos anos se constituiu numa próspera alternativa, mas atualmente seus cooperados precisam vender pão para comer. Além disso, hoje a cooperativa enfrenta conflitos internos, na medida em que introduziu a contratação de força de trabalho concomitante à autogestão. Isso resultou em conflitos entre os cooperados que passaram a exigir os mesmos direitos de descanso, de férias, entre outros, que os cooperados não possuem. Resultou, também, na reivindicação por parte dos cooperados, de voltarem a ser trabalhadores assalariados com horário determinado, férias e outros direitos trabalhistas.

¹⁷ A taxa de lucro dos bancos estrangeiros, no Brasil, em 1998, foi de 852%, enquanto que, no mesmo período, os bancos nacionais ganham 55%, segundo o *Boletim DIEESE*. Setor Financeiro: Conjuntura, resultados, remuneração e emprego. São Paulo: junho de 2000.

¹⁸ *Boletim DIEESE*. Setor Financeiro: Conjuntura, resultados, remuneração e emprego. São Paulo: junho de 2000: 7.

3.2 A FINO TOQUE TÊXTIL COOPERATIVA¹⁹

A “Fino Toque Têxtil Cooperativa”, segundo informações do Jornal de Santa Catarina (16/10/2002), constituiu-se como a primeira cooperativa têxtil de Blumenau. Organizada, após a crise que assolou o setor têxtil no Médio Vale do Itajaí, na década de 1990 e, em decorrência da demissão de 390 trabalhadores da Fábrica Maju, integrantes do Grupo Marisol, em abril de 2002.

Entre os trabalhadores demitidos foram dispensados: costureiras, revisoras, embaladeiras, líderes das células, supervisores, administradores, capacitadores técnicos. A decisão de fechamento desta unidade de produção foi justificada pela Empresa como uma reestruturação interna para se “adequar a demanda de mercado e preservar sua capacidade competitiva”. De acordo com as informações divulgadas no Jornal de Santa Catarina (30/04/2002) a Marisol, dona da marca e proprietária do parque fabril Blumenauense desde 1995, realizou uma “racionalização da produção” distribuindo a confecção do segmento infantil entre suas cinco unidades catarinenses²⁰ e transferindo o segmento adulto da empresa para a Marisol Nordeste do Brasil. Atualmente, esse espaço de produção pertence à Empresa Altemburg, a qual confecciona edredons e está organizando uma tinturaria.

Depois de anunciada a demissão dos trabalhadores, o processo de organização da Cooperativa iniciou com a mobilização por meio de uma Assembléia pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem – SINTRAFITE, juntamente com os ex-funcionários da Maju, com o objetivo de debater sobre a crise do setor e discutir as possibilidades de geração de trabalho e renda.

Uma possibilidade vislumbrada por essa Assembléia foi à negociação da demissão dos funcionários da Maju e a responsabilização da empresa por essas demissões. A partir das negociações realizadas e a pressão pública exercida, a empresa acordou a doação de 60 máquinas de costura (entre elas: overlocks, coberturas, retas, picuetas, máquinas de abrir peitinho, entre outros produtos), sua marca secundária–a Fine Touch–, a respectiva lista de cliente, 20 carrinhos de transporte (carro pórtico) para colocação de produtos, mesas para revisão e corte e alguns materiais para início da produção. Um fator decisivo para a constituição da Cooperativa foi à doação dos equipamentos e a experiência de produção dos trabalhadores nesse setor.

A organização da Cooperativa teve apoio de várias instituições estatais e da sociedade civil da cidade e região, buscando alternativas de trabalho e renda para os trabalhadores desempregados, tais como: Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômica, Trabalho e Renda de Blumenau – SETREDE; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem – SINTRAFITE e Universidade Regional de Blumenau – FURB através da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/FURB. O processo de constituição da Cooperativa seguiu a seguinte forma: a SETREDE subsidiou inicialmente o pagamento do aluguel de um galpão para produção, com recurso do Fundo de Desenvolvimento Econômico e subsidiou financeiramente um convênio com a ITCP/FURB para realização da assessoria – incubagem da ‘Fino Toque’; a ANTEAG contribuiu com o processo de organização cooperativista e de gestão.

Um das primeiras atividades desenvolvidas, em parceria com o SINTRAFITE e a SETREDE, com início em maio de 2002, foi o curso de ‘Cooperativismo e Autogestão em

¹⁹ Pesquisa realizada por Cláudia Sombrio Fronza para a elaboração da Dissertação de Mestrado vinculada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

²⁰ Benedito Novo, Corupá, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Schroeder.

Economia Solidária’, que teve a duração de 120 horas/aula e foi ministrado em 45 dias. No Curso foram abordadas as seguintes temáticas: autogestão; gestão coletiva; planejamento; comunicação interna; legislação; comercialização; viabilidade econômica; relações interpessoais e visita a um empreendimento (BRUSCOR). No decorrer do curso foram elaborados o planejamento estratégico, o estatuto e o regimento interno.

Segundo Planejamento Estratégico (2002), o objetivo geral da ‘Fino Toque’ é promover a autogestão e a cooperação entre trabalhadores do setor têxtil que foram demitidos do mundo do trabalho garantindo a geração de trabalho e renda. Ainda, conforme o Estatuto Social a ‘Fino Toque’ tem como objeto principal:

A prestação de serviços de confecção industrial, artesanal e de comercialização (facção, confecção própria, reformas, roupas sob medida, encomendas, artes aplicadas e bordados); instalar e manter postos de venda de produtos de confecção em geral podendo, também, comercializar produtos terceirizados. (2002, 01)

Os objetivos específicos iniciais estabelecidos foram: ampliação da renda e, conseqüentemente, da qualidade de vida dos associados e de suas famílias; promover a melhoria das condições de trabalho dos cooperados, superando a precarização das relações de trabalho, bem como, do modelo fordista de produção, que é promovedor de exploração social e gerador de doenças bio-psico-sociais; melhorar a qualificação profissional (no âmbito da produção, da gestão e do mercado) dos associados da cooperativa; criar postos de trabalho imediatos, de forma direta e indireta; colocar no mercado produtos com alto padrão de qualidade e com preços acessíveis à população; colaborar para o fortalecimento da economia solidária na região de Blumenau e no estado de Santa Catarina.

Após o término do curso, em 25 de junho de 2002, a cooperativa foi efetivamente fundada com a participação de 26 cooperados. Para associar-se, o interessado preencheu uma proposta como associado. Após o pedido de ingresso ser analisado pela diretoria. Segundo o Estatuto da ‘Fino Toque’ podem a ela associar-se: “*qualquer pessoa que tenha formação profissional na área de confecção industrial, modelagem, artes aplicadas, bordados e outros que forem necessários, livre disposição de sua pessoa e bens, e concorde com o estatuto*” (Estatuto Social: 2002, 02).

Ainda de acordo com o Estatuto:

O capital social foi subdivido em quotas-partes no valor unitário de R\$ 50,00 (cinquenta reais). A subscrição mínima por cooperado/a é de 20 (vinte) quotas-partes e o máximo, o correspondente a um terço do capital social. Ao capital social da Cooperativa agregou-se a doação realizada pela MAJU no valor aproximado de R\$ 20.000,00. As instâncias de gestão são as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. A Assembléia Geral Ordinária é realizada uma vez por ano. Ela tem como objetivo discutir a prestação de contas da administração (relatório da gestão, balanço, demonstrativo das sobras ou perdas e o planejamento das atividades para o próximo exercício); destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para a cobertura das despesas da Sociedade; eleição da diretoria e do conselho fiscal, quando for o caso; fixação dos honorários, gratificações e do valor da “Cédula de Presença” para os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; e outros assuntos de interesse social. A

convocação de Assembléia Extraordinária ocorre quando há necessidade de se deliberar sobre os seguintes assuntos: reforma do Estatuto; fusão, incorporação ou desmembramento; mudança do objetivo da sociedade; dissolução voluntária da sociedade e nomeação do liquidante; e contas do liquidante. Sendo necessário 2/3 (dois terços) dos votos dos associados presentes. (Estatuto Social, 2002: 02-04).

As atividades produtivas foram iniciadas apenas três meses depois devido à demora dos trâmites legais, aprovação do CNPJ, a dificuldade de encontrar um espaço físico adequado para a produção e principalmente à falta de domínio do processo de produção como um todo, sobretudo. Ironias das ironias, as cooperados, em geral costureiras, não sabiam cortar as peças. Haviam sido trabalhadores coletivos, portanto não detinham o controle do processo de produção.

Durante o período de instalação alguns integrantes foram readmitidos como assalariados e se desvincularam do quadro social da cooperativa. Depois de superar as dificuldades iniciais, em 17 de outubro de 2002, a cooperativa começou a funcionar com a participação de 20 cooperados, com as atividades de produção e confecção, em sistema de terceirização de serviços, isto é, façção. Dos vinte associados que fundaram a Cooperativa atualmente 09 (nove) integram o quadro social, mas apenas 02 (dois) continuam na cooperativa. Dos nove, somente duas permanecem na cooperativa, quatro foram readmitidos ao trabalho assalariado, uma trabalha por façção, um é torneiro mecânico autônomo e outra é estagiária em empresa do ramo metalúrgico.

A Cooperativa iniciou a produção de forma terceirizada por não possuir recursos financeiros para desenvolver linha de produção própria.

Quanto à organização do trabalho não há uma divisão por setores dentro da Cooperativa. A produção compreende: a modelagem, o corte, a costura e o acabamento. Atualmente estão trabalhando 05 (cinco) costureiras e uma revisora na produção, sendo que apenas uma costureira e uma revisora são cooperadas, as outras têm seu contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas. As trabalhadoras vinculadas à produção possuem uma jornada de trabalho diferenciada, as cooperadas atuam em média 12 horas e as contratadas 6 horas diárias. As atividades administrativas da Cooperativa, conforme o regimento interno, são coordenadas pelo Conselho de Administração sendo formado pelos seguintes setores: de educação e treinamento, de pessoal, de almoxarifado, de vendas e financeiro. Atualmente, todas as atribuições administrativas são realizadas pelas duas cooperadas que atuam na produção. A venda de produtos da linha própria é feita através de sacoleiras e do posto de venda, localizada na própria cooperativa. Outras alternativas de comercialização são as feiras de Economia Solidária, como por exemplo, de Santa Maria e da Amizade.

Quanto aos produtos são confeccionados: a) na prestação de serviços tercerizados – camisetas pólos, camisetas básicas e roupas infantis e, b) no processo de confecção da linha própria – produtos direcionados ao público feminino, como: calça de suplex, corsários, tops, batas, assim como roupas sob medida.

Para ilustrar a composição social do grupo inicial da Fino Toque foram realizadas entrevistas com os nove trabalhadores que fizeram parte do quadro social que é basicamente feminino (77,7%). Em relação ao estado civil os resultados indicam que a maioria é delas casada (55,4%); 33,3% são solteiros e 11,1% mantém união informal.

Os entrevistados possuem ensino médio completo (88,9%). Desses, todos possuem algum curso de qualificação profissional em: computação; telefonista e recepcionista; custos; cooperativismo; vendas; técnico em soldas; cronometragem básica; chefia e liderança; costura

industrial e gestão de qualidade; contabilidade. Muitas dessas qualificações foram obtidas na Escola de Costura da empresa Maju.

O estudo indicou que todos os entrevistados são migrantes provenientes de outros municípios do interior do Estado.

Quanto à idade, aproximadamente 67% estão na faixa etária entre 30 e 50 anos. Entre eles, a grande maioria trabalhou anteriormente em trabalho assalariado em outras indústrias têxteis do município. O tempo de trabalho no emprego anterior é superior a 10 anos (55,5%) e evidencia tratar-se de trabalhadores com larga experiência na profissão desenvolvendo atividades como: costureiras (3), auxiliar administrativo (2), inspetora de qualidade (1), supervisor de costura (1), secretária (1), torneiro mecânico (1). Quanto ao setor de atuação quatro estão exercendo atividade no ramo têxtil, três no setor do vestuário e atuam em outros setores da economia (metalúrgico e de serviços). Dos nove, duas trabalhadoras não atuam mais no setor, não possuíam uma trajetória ocupacional no setor têxtil e vestuário, mas os demais não.

Perguntados sobre a relação com os sindicatos da categoria, a metade respondeu ser sindicalizado. Destes três estão vinculados ao SINDIVEST, um ao SINTRAFITE e outro ao SIMETAL.

3.3. ASSOCIAÇÃO DE ARTESANATO “MÃOS DE OURO”, EM CHAPECÓ (SC)²¹

A associação surgiu da idéia de um grupo de mulheres que perceberam a possibilidade da mudança de vida e de trabalho por meio da cooperação. Há entre elas analfabetas, desempregadas e, também donas de casa. Segundo a sócia fundadora da Cooperativa, Ivanete de Mattos, a prefeitura da cidade deu todo o apoio inicial. Além de curso de vendas e gestão empresarial, receberam um espaço para expor seus trabalhos, que podem ser apreciados todos os domingos na praça da cidade. Com o auxílio da prefeitura, as artesãs estão em constante capacitação, onde aprendem a administrar e trabalhar em coletivo. A tomada de decisões é feita em assembléia, com no mínimo 2/3 de participação.

Ao todo, são aproximadamente duas dezenas de mulheres que produzem artesanalmente manufaturados em tricô e crochê como casacos de bebê, gorros, cachecóis e mantas.

Para Ivanete, mesmo dividida entre a família e seu sonho de ser artesã, participar ativamente de movimentos de alguma forma vislumbram a possibilidade de melhoria de vida das pessoas e a realização da cooperativa.

O sistema cooperado, é percebido por Ivanete como uma alternativa ao desemprego, mas esbarra em alguns entraves burocráticos, como o INSS. As cooperadas, além de pagar sua cota parte - parcela mensal que corresponde a R\$ 5,00, na qual todas as sócias pagam para manter a cooperativa - , pagam luz, telefone, vale-transporte e impostos; entre eles o INSS, que é o que mais pesa para elas, pois muitas já o pagam em outros empregos e também juntamente com as aposentadorias. Além desses problemas, o recebem pelo artesanato é muito pouco e, muitas vezes, elas não conseguem suprir as suas necessidades básicas. Outro problema é convencer as mulheres de se unirem por uma causa que de imediato não rende frutos: *“eu falo que para dar bons frutos é preciso a semente germinar e, para esta semente crescer, alguém deve regá-la todos os dias. No entanto as fundadoras tem pressa...”*

As dificuldades persistiram na Associação “Mãos de Ouro” que transcendem a boa vontade individual das associadas. As mulheres resistem em se organizar coletivamente para trabalhar, o

²¹ Pesquisa realizada por Clarissa Rocha Mello como bolsista PIBIC/UFSC, 2004.

pensamento individual predomina, mas, segundo Ivanete, “um sonho que se sonha junto é muito mais fácil de se tornar realidade”. Depois de tentar atuar como cooperativa, numa assembléia elas optaram por transformá-la em associação e, assim reduzir os custos. Segundo Ivanete, optaram inclusive, pela orientação da economia solidária, um dos aspectos positivos da associação. Ao invés de comprar em grandes supermercados passaram a trocar produtos entre pequenos empreendimentos solidários, comprando umas das outras com preços mais baixos.

3.4. COOPERVIDA²²

A cooperativa COOPERVIDA,²³ é exemplar da vulnerabilidade da cooperativa no Brasil que não resistiu uma mudança de orientação política de governo e, portanto não ultrapassou o limiar de existência de mais de 3 anos.

De acordo com o depoimento da funcionária da prefeitura Claudete Amorim²⁴ e mediadora da criação da cooperativa, a experiência surgiu mediante a necessidade de trabalhar como prestadora de serviços de limpeza das ruas, da própria cidade de Chapecó, visto que a cooperativa que oferecia serviços até então, era uma “Coopergato”²⁵ pertencente à cidade de Porto Alegre. Numa reunião entre alguns integrantes do projeto de Incubadoras Populares foi sugerida a fundação da cooperativa partindo do cadastro de varredores de rua na prefeitura de Chapecó. Havia uma média de 300 pessoas cadastradas, que foram convocadas a participarem do curso de capacitação em geração de trabalho e renda. Após a conclusão do curso, muitos abandonaram o projeto, por vários motivos. A cooperativa foi registrada legalmente à Junta Comercial da Receita Federal. Em 2003 possuiu cerca de 54 cooperados, e em 2004, o número passou para 84, sendo o critério fundamental para adesão ter participado de um curso sobre cooperativismo organizado pelo projeto Incubadoras Populares.

A atividade principal da cooperativa situava-se na área de serviços gerais, limpeza e pintura das ruas na cidade de Chapecó da administração do prefeito do P T.

A cooperativa foi fundada de fato, em março de 2002, quando foi realizada a assembléia de fundação da Coopervida, e em maio do mesmo ano foi legalizado o empreendimento. Em junho, a cooperativa obteve direito de concorrer à licitação pública obtendo a concessão para realizar a prestação de serviços à Prefeitura de Chapecó, mas não tinha viabilidade oficial.

Eu tinha um fogão à lenha, herança de minha mãe, que morreu recentemente. Minha vizinha queria comprá-lo, mas eu não queria ou não conseguia me desfazer dele. Quando estávamos organizando os papéis para legalizar a cooperativa faltavam cento e trinta reais para registrá-la. Tentamos de todas as maneiras obter crédito e nada conseguimos. Foi então que lembrei do fogão de minha mãe. Vendí-o para minha vizinha e acabei viabilizando a cooperativa.²⁶

²² Pesquisa realizada por Clarissa Rocha Mello para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso “Associativismo e cooperativismo na geração de trabalho e renda: uma alternativa”, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

²³ As informações relacionadas a COOPERVIDA foram obtidas a partir de entrevistas com a presidente da cooperativa – Loreni Teresinha; com a presidente do conselho da Mulher e responsável pelo projeto empresa mãe – Claudete Amorin, e Carlos Martinelli – responsável pelo projeto de Incubadoras e funcionário da secretaria do Desenvolvimento Econômico.

²⁴ Claudete Maria Amorin é psicopedagoga e atualmente trabalha na prefeitura de Chapecó, nos projetos de Incubadoras populares.

²⁵ Coopergato, é uma empresa capitalista que se beneficia da legislação cooperativa para não pagar encargos trabalhistas.

²⁶ Entrevista concedida a Bernardete W. Aued em junho de 2003. A entrevistada prefere não revelar seu nome.

Segundo Carlos Martinelli, os trabalhos foram contratados pela prefeitura, mas passaram por um processo licitatório. Martinelli completa dizendo que a COOPERVIDA inicialmente passou por vários problemas. Os cooperados habitavam áreas irregulares e distantes do centro de Chapecó e eram, em geral ligados aos programas de cestas básicas da prefeitura. Por isso, freqüentemente desmaiavam de fome, mas depois do primeiro pagamento tudo foi melhorando.

Segundo uma entrevistada anônima a sua vida mudou muito depois da COOPERVIDA.

Hoje tenho o que comer e não dependo de cesta básica da prefeitura. Além disso, estou até comprando alguns móveis para minha casa. Antes da Coopervida eu estava à onze anos desempregada, pois tinha sido demitida do frigorífico, no qual era salsicheira. Nesse tempo todo não consegui mais um emprego, fazia apenas pequenos trabalhos ocasionais. Era assim que sustentava minha família.²⁷

Segundo a Presidente da cooperativa – Loreni Terezinha – os cooperados recebem “salário”, que gira em torno de 499,00 reais dependendo da freqüência do cooperado no trabalho.

Quanto à escolarização, a maioria desses trabalhadores era analfabeta e estavam aprendendo a ler e escrever no curso de educação de jovens e adultos (EJA), com apoio da prefeitura. Os trabalhadores eram capacitados na sede da prefeitura. O cooperado, ao ingressar na cooperativa participava previamente de reuniões de esclarecimento sobre o funcionamento do sistema cooperativista, mas segundo a presidente, como se trata de uma temática complexa, existiam muitas dificuldades de assimilação. Ainda assim, a participação foi o critério básico para admissão na cooperativa.

Na COOPERVIDA, os associados determinavam as regras de funcionamento previstas no Estatuto da Cooperativa: as sobras constituíam um fundo equivalente ao 13º salário, chamado de Fundo Natal. Como contrapartida do acordo feito por meio de licitação, a prefeitura se encarregou de manter convênios com supermercados, vale-transporte, vale-refeição, e proporcionava assistência jurídica e psicológica aos cooperados.

Os cooperados por sua vez, prestavam serviços de limpeza e de pintura de guias de rua, sendo essa última uma atividade esporádica. No geral trabalhavam 6 horas por dia, geralmente a partir das seis horas da manhã nas ruas da cidade. O número de quadras da cidade era dividido em equipes, que varriam os locais estipulados, dentro do horário previsto. A freqüência era cobrada por meio de uma lista de presença assinada na chegada e saída da sede da cooperativa, onde os trabalhadores realizavam a retirada do material de trabalho (uniforme, vassouras e carrinho de lixo).

As deliberações eram tomadas em assembléias gerais obrigatórias anuais, mas recorriam a essa prática sempre que tinham necessidades. Todos os cooperados participavam e tinham direitos a voz e voto. Na cooperativa havia um conselho administrativo encarregado da realização de reuniões semanais para discussões de questões administrativas. A cooperativa possuía um contador, que prestava serviços contábeis ao empreendimento, com contratação de trabalho assalariado, uma quebra nos princípios da autogestão.

Com a posse de outro prefeito, em janeiro de 2005, a cooperativa foi inteiramente redefinida. Prevendo a mudança os técnicos de assessoria do projeto de Incubadoras Populares tentaram assegurar a continuidade prestação de serviços da COOPERVIDA juntamente com a cooperativa da

²⁷ Entrevista concedida a Bernardete W. Aued em junho de 2003. A entrevistada prefere não revelar seu nome.

empresa Sadia, mas até o presente momento não temos indicação que o contrato foi firmado. Após a posse do novo prefeito, que não representava a continuidade político-partidária, os cooperados tiveram que optar entre continuar trabalhando na limpeza das ruas e ser cooperado. Prevaleceu a primeira e assim a cooperativa foi minguando até exaurir-se.

3.5. ASSOCIAÇÃO ARTE CAMPECHE²⁸

A associação Arte Campeche completou em novembro de 2004, três anos e o início deu-se na capela São Sebastião do Campeche, com participação de um grupo de mulheres, que já desenvolvia um trabalho no bairro, sobretudo diante da dificuldade econômica e a falta de perspectiva de vida. A iniciativa foi apoiada pelo Conselho de Assuntos Econômicos da Paróquia, e assim, um grupo de mulheres, menos uma vez por semana, iniciou atividades de artesanato. Paralelamente promoveram palestras com moradores capacitados do próprio bairro sobre enfermagem, naturologia, ensinando assim, técnicas de florais, chás, e outras coisas que pudessem estimular especialmente aquelas pessoas que estavam desiludidas com a vida.

Um dia Márcia, uma das sócias fundadoras da associação levou para a igreja alguns produtos que fazia em casa: cestarias, blusas de tricô e crochê, entre outros objetos. Depois da missa, colocou-os no altar. A surpresa foi grande quando as pessoas constataram que a cesta era feita com jornal velho, a blusa de tricô era com fio reciclado. Assim iniciou o trabalho com o lixo, e logo após foi promovida a “I Feira do Cacareco”, que teve como objetivo promover a troca de produtos que teriam como destino o lixo. Assim, as pessoas levam o que não utilizam para trocar por outro objeto, o invés de jogar fora.

Momentos depois surgiu uma associação com a meta de trabalhar com material reciclável como jornal, revista, plástico, restos de madeira e retalhos de tecido. A associação iniciou com 25 sócios, mas como o retorno do artesanato não é imediato, muitos desistiram. Com o desenvolvimento do projeto e a articulação de mais pessoas no grupo, começaram a participar de feiras e em semana do meio ambiente. Simultaneamente começaram a fazer oficinas para ensinar a trabalhar com reciclados.

Depois de algum tempo a experiência ganhou reforço com o apoio do professor Ildo, da Universidade do Sul de Santa Catarina, que possuindo uma verba para montar uma associação de artesanato juntamente com os índios Guaranis, não conseguindo fazê-lo transferiu os recursos para a Associação Arte Campeche. Após o término do curso, receberam um convite para participar de uma feira em Belo Horizonte. Paralelamente à preparação para a exposição na feira teve início o processo de formação de uma associação. Elaboraram estatuto e foram registrá-lo no cartório. Tomaram a decisão de fundar uma associação ao invés de cooperativa devido à diversificação dos produtos e também para diminuir os encargos sociais. Como critério básico para associar-se foi adotada a participação no curso sobre artesanato com os reciclados oferecido pela Secretaria da Família do Estado de Santa Catarina.

O espaço atual utilizado pela associação foi cedido por uma sócia, Marlise, que recebe um pagamento pelo aluguel da sala. Ao todo são 5 pessoas que trabalham em grupo e as demais produzem individualmente e mantêm uma atividade esporádica na associação. O carro-chefe é a reciclagem. Aparas de tecido, aparas de madeira, garrafas Pet, tudo o que possa ser transformado em

²⁸ Pesquisa realizada por Clarissa Rocha de Melo para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso “Associativismo e cooperativismo na geração de trabalho e renda: uma alternativa”, Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

artesanato dentro de uma linha utilitária e reciclável. Assim, elas sabem como tudo é feito e a procedência da matéria prima.

Há sócios individuais que não dão plantão na loja, e trazem sua mercadoria etiquetada para vender no local, pagando sua mensalidade de sócio da associação, no valor de 10 reais.

Tudo que é vendido, 20% fica para a cooperativa, 15% para a loja, para pintura, reformas e o necessário para o proprietário, e 5% para associação, para pagamento de luz, embalagens, linha. Todo material é adquirido conjuntamente. Quando um produto é vendido é destinado para o caixa o valor utilizado para produzi-lo. Com essas características, a associação é entidade formal de comercialização.

Essas cinco situações exemplares contribuem para explicitar os aspectos incompatíveis dos empreendimentos cooperativos ou associativos da autogestão com a estrutura social vigente. Diversos em sua constituição e em sua composição espelham a ampliação do trabalho na atualidade, sem, contudo, assumirem as formas do assalariamento.

Além disso, o que chama a atenção são a recorrência de idéias.

Diferentemente do que ocorre no campo da ciência e da técnica em que o processo do conhecimento é cumulativo e cada conquista é ponto de partida para novos avanços, no campo da idéias se dá exatamente o contrário: as novas idéias se afirmam negando as anteriores, que são condenadas ao esquecimento. Tempos depois, quando as novas idéias já se tornaram velhas, as anteriores são “reinventadas”. Na verdade, nesse campo os avanços são mais lentos do que se poderia esperar (TEIXEIRA, 2002 10).

IV. AS COOPERATIVAS, OS SOCIALISTAS UTÓPICOS E OS PRESSUPOSTOS

Em termos históricos, os socialismos utópicos que datam dos primórdios do século XIX, as mutualidades datam de 1849²⁹ e as cooperativas desde 1894 (na França e, pouco depois, no Brasil). Essas experiências representam um marco na história do cooperativismo.

²⁹ Linhares faz alusão a diversas associações e mutualidades fundadas no final do século XIX, como por exemplo: Associação de Socorros Mútuos em 1873, que depois será denominada Liga Operária; Associação de Auxílio Mútuo dos Empregados da Tipografia Nacional; União Beneficente dos Operários de Construção Naval em 1884; União do Trabalho, na cidade do Rio Grande, em 1892; Liga dos Trabalhadores em Madeira, em São Paulo, em 1906, entre outros. Havia ainda, na época, mais de uma centena de jornais que expressavam organizações e associações anticapitalistas como Jornal do Povo (1879); A Lanterna (1873); O Proletário (1877); La Bataglia (1905); Avante (1904); O Libertário (1904); Ver mais a respeito: H. LINHARES, *Contribuição à história das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa e Omega, 1977. p. 34-48.

QUADRO SINTÉTICO DAS UTOPIAS SOCIALISTAS

CLAUDE H. SAINT SIMON (1760–1825)	FRANÇOIS M. C. FOURIER (1772–1837)	PIERRE J. PROUDHON (1809–1865)	ROBERT OWEN (1771–1858)	LOUIS BLANC (1811–1882)
<p>Nasceu em Paris, filho de pais aristocráticos, chega a enriquecer como especulador, depois se arruinou.</p> <p>Aliou-se a Napoleão e fez cerrada oposição aos Bourbons.</p> <p>Entre seus discípulos está Auguste Conte.</p> <p>TINHA UMA FÉ INABALÁVEL NA CIÊNCIA E NO PROGRESSO HUMANO.</p> <p>Propõe a reorganização da sociedade européia com base na ciência positiva.</p> <p>Preconizador da Revolução Industrial (dividiu a sociedade em duas classes): a classe industrial (os produtores) e a dos ociosos, os zangões.</p> <p>Não era um democrata, ao contrário considerava a desigualdade natural e benéfica.</p> <p>Crítico de ordem social, defende a melhoria da existência moral e física da classe operária.</p> <p>Defendia a reforma social.</p> <p>Não pregava a abolição da propriedade, mas a sua reorganização sob o controle do Estado.</p>	<p>Nasceu em Besançon – França, filho de rica família de comerciantes.</p> <p>Em 1789 formula a sua teoria da atração sem a maçã de Newton.</p> <p>Extravagante, recebeu influência de Saint Simon e Owen.</p> <p>Promove uma crítica ao capitalismo propondo:</p> <p>a reorganização global da sociedade por meio da associação voluntária.</p> <p>a difusão de sua teoria: princípio da atração universal.</p> <p>”Sozinho, demoli 20 séculos de imbecilidade política e é a mim que as gerações presentes e futuras deverão ter a iniciativa de sua imensa felicidade. Antes de mim a humanidade perdeu milhares de anos a lutar totalmente contra a natureza. Possuídos do livro do Destino rompi as trevas políticas e morais e sem as ciências equivocadas, construo a teoria universal.”</p> <p>Crítico da ordem capitalista: a denominava de anárquica, com parasitas, miséria e especulação. Não era contra a propriedade privada</p>	<p>Nasceu em Besançon – França, filho de um cervejeiro e de uma cozinheira.</p> <p>Estudou com bolsa de estudos e interrompeu seus estudos para trabalhar como tipógrafo.</p> <p>Publicou muitos livros: A celebração do Domingo; O que é a propriedade;</p> <p>Organização do crédito.</p> <p>Propôs a cooperativa de crédito;</p> <p>Precursor do banco popular;</p> <p>Teve grande participação política.</p> <p>Foi eleito representante da Assembléia Nacional.</p>	<p>Nasceu no interior da Inglaterra, filho de uma família modesta.</p> <p>Aos 18 anos passa a dirigir a New Lanarck com 500 operários.</p> <p>Autodidata, agnóstico.</p> <p>Seu projeto evolui da mera filantropia patronal ao socialismo mutualista e cooperativo.</p> <p>Defende um sistema racional baseado na natureza. A sociedade pode ser reformada a partir de uma comunidade. Exemplos (aldeia).</p> <p>A reforma não depende da ação política nem da tomada do poder.</p> <p>Em 1824, transfere-se para os EUA, adquire terras e funda a New Harmony.</p> <p>Como outros socialistas utópicos revela nítida preferência pela agricultura.</p> <p>Em 1829, retoma à Inglaterra pois a experiência New Harmony havia fracassado. Morre no ostracismo.</p>	<p>Defesa intransigente da reforma das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores;</p> <p>Participou ativamente da revolução de fevereiro de 1848 integrando o governo provisório;</p> <p>Apresentou seus projetos reformistas que acabaram sendo rejeitados;</p> <p>Em maio e junho de 1848 exilou-se e foi condenado à revelia, em março de 1849;</p> <p>Quando na Comuna permaneceu em Versailles como mediador e recebeu a pecha de suspeito ou mesmo traidor.</p>

	nem a organização que propõe é comunista.			
--	---	--	--	--

Fonte: (Teixeira, 2002).

Esse quadro caracteriza alguns aspectos relevantes na trajetória das formulações cooperativas, engendradas em Fourier, Proudhon e mesmo Owen. A menção ao cooperativismo, como forma de opor-se ao capital se insere dentro daquilo que as Ciências Sociais denominaram de socialismo anterior a Marx ou utópico. Não tem a *grandeza* da utopia de Thomas Morus, publicado em 1516, nem tampouco a *prática* de Owen.

Morus, em *A Utopia* volta-se para o futuro de superação da sociedade de classes. Teceu dura crítica ao modo de vida em que o feudalismo, em desagregação, amalgamava o mercantilismo em ascensão. Como alternativa Morus imaginou uma ilha na qual deveria assentar uma nova sociedade sem as mazelas da real existente.

Owen, em 1800 assume a direção da fábrica de New Lannarck e põe em prática um projeto de reforma social, via instituição de uma mescla de mutualismo, filantropia e cooperativismo. A sua prática volta-se para o passado na medida em que procura fortalecer a sobrevivência de pequenos produtores artesãos voltados para a auto-sustentação.

A cooperativa sistematizada tanto em Proudhon como em Owen é uma espécie de soma das partes (os produtores) que pensam uma transformação social embora, ainda mantendo as partes. No caso de Proudhon, especialmente prevalece a abordagem parcial dos problemas dos trabalhadores, circunscritos à distribuição e não produção. Segundo Teixeira, Proudhon desconhecia os trabalhos dos economistas do final do século XVIII, pois não sabia ler em inglês e, tampouco, as análises da escola alemã, uma vez que também não lia alemão.

Proudhon não era sequer um socialista, no sentido rigoroso da palavra, nem mesmo um “utópico”. Era um reformador social e um anarquista que sonhava com uma França povoada por artesãos e pequenos proprietários. O centro de suas preocupações era o crédito, vindo no juro a forma por excelência da apropriação da riqueza sem contrapartida de trabalho (TEIXEIRA, 2002: 39).

A obra dos três utópicos mais relevantes é rigorosamente contemporânea: Saint Simon publica *as cartas de Genebra* em 1802; Fourier, em 1807 publica *a teoria dos quatro movimentos*; e Owen assume a fábrica em 1800, em *New Lannarck*. (TEIXEIRA, 2002: 28).

Uma outra experiência cooperativa relevante vem a seguir em Rochdale, em 1844, quando os tecelões assumem a fábrica e fundam alguns princípios contra os males do que eram considerados os males do capitalismo (HOLYOAKE, 2000).

Se por um lado, é curioso que essas diversas formulações e, principalmente as do socialismo utópico têm sido reverenciadas como a fonte de inspiração dessas experiências, por outro, surge a indagação: por que as cooperativas são recriadas se já são conhecidos os seus resultados negativos?

CONCLUSÕES PRELIMINARES

O esgarçamento do tecido social, na atualidade, abre espaço para o surgimento de formas de organização e de enfrentamento. A manifestação da realidade, no plano prático, não implica aceitação, mas reflexão crítica. É o caso de cooperativas autogestionárias. Essas experiências são frágeis e muitas delas possuem vida efêmera, como vimos nos exemplos acima. Importante é ressaltar que elas representam uma relevante alternativa coletiva ao desemprego. A reflexão trazida, antes de diminuir o seu potencial procura ampliá-la.

O recente aumento dessas experiências de cooperativas autogestionárias evidencia que o sistema social tem sido confrontado como um todo. Na prática e no plano pessoal esse confronto

significa, muitas vezes, desemprego. A venda da força de trabalho, pressuposto da acumulação, está sendo destruída e em contrapartida, as pessoas precisam continuar vivendo. Nessa situação a forma cooperativa tem se apresentado como uma alternativa.

Silhuetas incertas, à margem do trabalho, vagueiam pelas ruas da cidade e do campo. O desemprego em massa e a instabilidade das situações criadas, mesmo para quem permanece no emprego, amedrontam e o futuro é assinalado pelo selo do aleatório. A revolução silenciosa é ainda mais complexa, pois adentra a subjetividade e reconfigura identidades. O desemprego alcança índices altos, e ninguém imaginava que uma tal elevação seria suportável. A recorrência das palavras *unemployment*, *arbeitslosigkeit* e *chômage*, em inglês, alemão ou francês revelam que o desemprego atingira o coração de países habituados com o 'pleno emprego' desde a II Guerra Mundial.³⁰

Em resposta ao desemprego crescente no Brasil vem sendo adotada com a implementação de estratégias coletivas designadas sob a forma de cooperativa autogestionária. Essas iniciativas, por sua diversidade de significado, tem sido designadas por muitos nomes: economia do trabalho (CORAGGIO: 2003) economia social (WAUTIER: 2003) economia popular (ICAZA E TIRIBA: 2003) ou ainda, economia solidária (SINGER: 2002). Apesar dos nomes diversos, essas economias assemelham-se num ponto: são autogestionárias. Além disso, caracterizam-se por um triplo aspecto: são experiências fundadas nos princípios de solidariedade, na adesão livre e na ausência de lucratividade individual.

os três pilares dessa economia são as cooperativas, inseridas na economia mercantil, as mutualidades, inseridas na economia não mercantil com o aval do estado-providência; as associações, caracterizadas pelo trabalho de proximidade. (WAUTIER, 2003: 110).

Finalizamos a síntese geral ressaltando a necessidade de ampliar a reflexão sobre as formas da transição social. Nesse sentido, sem termos a pretensão de esgotar o assunto elencamos dois pontos para debate:

1) As experiências cooperativas são anteriores a Marx. Esse autor pode ser entendido como um marco relevante tanto pela explicação que formula com relação aos limites da utopia como ao processo de produzir acumulação de capital. Esse por sua vez, tem, como contrapartida necessária, a produção de uma população cada vez maior de miseráveis, o exército industrial de reserva. A ampliação e a intensificação do trabalho, ao contrário, portanto, do assalariamento como vemos disseminados sob o manto de várias formas de pobreza, representa apenas a atualização prática do exército industrial de reserva. Os nomes atuais utilizados, colaboradores, terceirizados ou autônomos, ao invés de empregados, reafirmam a forma aparente da acumulação capitalista. e o que é isso senão mais valia?

2) No que diz respeito especificamente à alternativa do cooperativismo, Marx também marca época e suas críticas constituem um divisor de águas. Essas experiências propõem o retorno ao passado. Os seus princípios sustentam-se pela relativa facilidade numa economia em que o básico é a

³⁰ Nos Estados Unidos, grandes empresas, como a General Motors e a IBM, cortaram 2 000 000 de empregos. Na Europa, a fábrica de computadores Bull acaba de anunciar a supressão de 6 500 postos de trabalho, sob o pretexto de tornar a sua produção mais viável. Há, hoje, na empresa 35 000 trabalhadores contra 44 000 em 1990. A Aérospatiale colocou na guilhotina 2 250 postos de trabalho de um total de 9 000. A Volkswagen alemã anunciou que 12 000 empregos desapareceriam até o final de 1994. A montadora tem 114 000 trabalhadores, contra 130 000 em 1985. Esta nota saiu na revista Veja em 15/09/1993, mas muitas outras de igual teor podem ser encontradas na década de noventa.

produção de subsistência dos produtores mas, quando as cooperativas transformam-se em empresas capitalistas a contradição entre o ideário e a prática torna-se inevitável. As cooperativas não se sustentam com a supressão do lucro ou se o mantêm produzem e reproduzem as relações sociais capitalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, C. Trabalhadores no comando, sucesso nas empresas.
<http://www.sindicato.com.br/artigos/comando.htm> 14/05/2003. 23: 55h.
- CAROLA, C. R. *Dos subterrâneos da História*. As trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina. Florianópolis, Ed UFSC, 2002.
- COIMBRA, D. *Atravessando a escuridão*. Memórias de um comunista casual. Criciúma, Ed UNESC, 1996.
- CORAGGIO, J L. Economia do Trabalho. In: CATTANI, A. *A outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.
- CORAGGIO, J. L. *Política social y Economía del trabajo: alternativas a la política neoliberal para a ciudad*. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2001.
- DEMAZIERE D. E PIGNONI, M. T. *Chômeurs: du silence à la revolte*. Paris : Hachette, 1998.
- FANTIN, M. *Os significados da experiência de gestão de uma mina pelos trabalhadores em Criciúma, Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social/UFSC, 1992.
- GUTLER, A. *A colonização do Saí. (1842-1844)*. Dissertação de Mestrado em História, na UFSC. 1994.
- HOLYOAKE, G. J. *Os 28 tecelões de Rochdale*. Porto Alegre: WS ed/Unimed, 2000.
- ICAZA E TIRIBA. Economia Popular. In: CATTANI, A. *A outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.
- LINHARES, H. *Contribuição à história das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo: Alfa e Omega, 1977.
- MASSI, J. *Diagnóstico da Cooperação Agrícola na Região Oeste de Santa Catarina*. Trabalho de conclusão de Curso de Agronomia na UNOESC (Chapecó) 2000.
- NAKANO, M. Anteg autogestão como marca. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (org). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SANTOS, B. S. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária. In: BOAVENTURA SOUZA SANTOS. (org) *Produzir para viver*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, P. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (org). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.
- TEIXEIRA, A. *Utópicos, heréticos e malditos*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- VIEITEZ, C. G. e DAL RI, N. M. *Trabalho Associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- WAUTIER, A. M. Economia Social na França. In: CATTANI, A. *A outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.
- WAUTIER, A. M. Economia Social na França. In: *A outra Economia*. São Paulo: Veraz, 2003.

